

REVISTA DE DEBATES DA FUNDAÇÃO VERDE HERBERT DANIEL

# PENSAR VERDE

Nº 33 Ano 9 Dez/JAn/Fev - 2021

**CENÁRIO POLÍTICO  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**



*Demandas do eleitor em 2020 e a possível,  
mas incerta, influência sobre 2022*

*Pluripartidarismo, cláusula de barreira  
e outsiders na política*

**Entrevistas Adalberto Maluf  
e Rodrigo Perpétuo**

NESTA EDIÇÃO: CAROLINA PIMENTEL CORRÊA | MICHELLE FERNANDEZ | ENRICO MISASI  
HELICIMARA TELLES | RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO

# EDITORIAL

A revista **Pensar Verde** prima pela análise mais aprofundada do cenário político brasileiro, das questões sociais, das minorias e dos direitos dos cidadãos, da igualdade de gênero e de todos os povos, de todas as tribos e cores, do empoderamento de mulheres, da sustentabilidade, das cidades verdes, do consumo consciente e da emergência climática, entre outros. E esta edição não está diferente, a começar por nossa matéria de capa.

Nela, a pesquisadora do Instituto de Ciência Política da UnB (Ipol-UnB) e do Núcleo de Estudos da Burocracia da FGV (NEB-FGV), Michelle Fernandez; a pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, Carolina Pimentel Corrêa; e o deputado federal Enrico Misasi (PV-SP), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Saneamento da Câmara dos Deputados, debatem os motivos que levaram a uma mudança nas demandas dos eleitores em 2020 em relação a 2018, e se isso repercutirá nas eleições de 2022 – e como, caso isso ocorra. A redução do discurso apolítico também está entre os tópicos apresentados.

Pluripartidarismo, cláusula de barreira, crise democrática brasileira, *outsiders* na política e vitória dos políticos profissionais em 2020 integram o segundo tema, em artigos desenvolvidos pela doutora em Ciência Política pela USP e professora da UFMG Helcimara Telles e pelo autor do livro *Partidos políticos: Desafios contemporâneos*, Raimundo Augusto Fernandes Neto, doutorando em Direito Constitucional pela Unifor.

Desta vez, a revista vem com duas entrevistas. Em uma, o mestre em Economia Política Internacional pela USP, e diretor de Marketing e Sustentabilidade da BYD Brasil, Adalberto Maluf, fala sobre emergência climática em um contexto mais global. Já o secretário executivo do ICLEI América do Sul, Rodrigo Perpétuo, desenvolve um panorama municipal a respeito do mesmo assunto. Para os dois, um fato é certo: se ações efetivas não forem tomadas a partir de agora, tanto no Brasil, quanto no mundo, as futuras gerações, nossos filhos e netos, enfrentarão condições cada vez mais desumanas de sobrevivência na Terra.

Por fim, a seção “Verdes em Ação” traz o prefeito de Americana (SP), Chico Sardelli. Eleito ano passado, suas primeiras ações objetivam melhorias no sistema de abastecimento de água do município, assim como no de esgotamento sanitário, preservando áreas de proteção ambiental, a exemplo do Parque Natural Municipal da Gruta. Coleta, destinação correta de resíduos sólidos e mutirão de limpeza nas vias públicas também estão em andamento.

As temáticas desenvolvidas são fundamentais à análise das condições que o Partido Verde encontrará pela frente, a caminho das eleições em 2022. A cláusula de barreira prevê a morte lenta dos pequenos partidos no Brasil e, conseqüentemente, da representatividade das minorias, ou das maiorias ignoradas – como é o caso dos negros –, e de temáticas como as do meio ambiente e da sustentabilidade. Sem reflexão, estratégia, união e ação coordenada, o futuro pode ser muito incerto, talvez fatal.

Boa leitura!

# EXPEDIENTE

## FUNDAÇÃO VERDE HERBERT DANIEL

### CONSELHO CURADOR

#### PRESIDENTE

Ivanilson Gomes dos Santos

#### CONSELHEIROS

Aluizio Leite Paredes

Eurico José Albuquerque Toledo

Jovino Cândido da Silva

Marcelo de Moura Bluma

Marco Antonio Mroz

Raimundo Marcelo Carvalho da Silva

Reynaldo Nunes de Moraes

Teresa Britto

#### SUPLENTE

Rivaldo Fernandes

Sandra do Carmo Menezes

### CONSELHO FISCAL

Daniela Carvalhais de Almeida

Salvador Arnoni

#### SUPLENTE

Moacir Arruda

### DIRETORIA-EXECUTIVA

Diretor-Executivo José Carlos Lima da Costa

Diretor-Financeiro Osvander Rodrigues Valadão

### REVISTA PENSAR VERDE

#### CONSELHO EDITORIAL

Ivanilson Gomes dos Santos, José Luiz Penna,

Leandre Dal Ponte, José Carlos Lima

#### EDITORA-CHEFE

Ana Vilela (4479/14/42/DF)

#### REVISÃO

Bruna Teixeira

#### ARTE E EDITORAÇÃO

Editora Kaaoby

#### FOTOS DESTA EDIÇÃO:

Arquivo Pensar Verde

## PENSAR VERDE VOCÊ SABIA ?

O termo “emergência climática” foi eleito o termo do ano em 2019 pelo Dicionário Oxford, em virtude do aumento significativo de seu uso. Segundo a publicação, emergência climática “é a situação em que uma ação urgente é necessária para reduzir ou interromper as mudanças climáticas e evitar danos potencialmente irreversíveis ao meio ambiente”.

Fonte: earthday.org.

#### ENDEREÇO

Sede da Fundação Verde Herbert Daniel  
SAUS Quadra 06 - sala 602 - Ed. Belvedere,  
Asa Sul, Brasília - DF  
Telefone: (61) 3366-1223  
contato@fvhd.org.br  
www.fundacaoverde.org.br

FALE COM A REVISTA PENSAR VERDE:  
revistapensarverde@gmail.com

A FVHD foi criada em setembro de 2007 com o objetivo de promover a doutrinação política do Partido Verde.



A ilustração da capa e dos ícones desta edição utilizaram as técnicas de desenho, vetorgrafia, fotomontagem e manipulação digital.

## ILUSTRAÇÃO DA CAPA

### VERDES EM AÇÃO

Prefeito de Americana,  
Chico Sardelli, prioriza meio  
ambiente e qualidade de vida



28

### ENTREVISTAS



32

Adalberto Maluf

36

Rodrigo Perpétuo

Demandas do eleitor em 2020 e a possível, mas incerta, influência sobre 2022



6

Pluripartidarismo, cláusula de barreira e *outsiders* na política



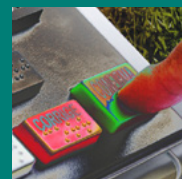
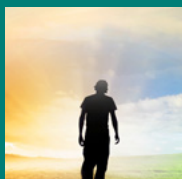
Retrato do Brasil nas urnas: a vitória dos políticos profissionais e da direita  
> **Helcimara Telles**

16

---

A crise democrática brasileira e o pluripartidarismo  
> **Raimundo Augusto Fernandes Neto**

24



## Demandas do eleitor em 2020 e a possível, mas incerta, influência sobre 2022

Algumas mudanças nas eleições do ano passado chamaram a atenção. Entre elas, a retomada das pautas de políticas públicas, muito provavelmente sob a influência da crise da covid-19. Outro aspecto foi certa atenuação do discurso antipolítico. Mas será que essa incipiente nova realidade vai reverberar em 2022?

Para falar sobre essas questões, a **Pensar Verde** entrevistou a professora e pesquisadora no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol-UnB) e pesquisadora no Núcleo de Estudos da Burocracia da Fundação Getúlio Vargas (NEB-FGV), Michelle Fernandez; a pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Carolina Pimentel Corrêa; e o deputado federal Enrico Misasi (PV-SP), líder da bancada do PV na Câmara dos Deputados e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Saneamento.

O que levou os *outsiders* da política a perderem espaço? Por que temas ambientais, de saneamento e tratamento de resíduos sólidos, de saúde pública e educacionais, entre outros, voltaram ao cenário das eleições, não somente por parte do eleitorado, mas também dos candidatos?

Uma vez que as lógicas eleitorais dos pleitos municipais (2020) e nacionais (2022) são distintas, o que se pode esperar para o próximo ano? A participação de mulheres, negros e trans como candidatos e candidatas – portanto, a heterogeneidade vista no ano passado, mesmo que ainda mínima – crescerá? A pauta ambiental veio para ficar? A seguir, subsídios para esses e outros tópicos que rendem muitos debates para lá de necessários.



## Recados das urnas nas eleições municipais de 2020



Michelle Fernandez

Os resultados das eleições em 2020 mostraram ao Brasil que as demandas do eleitor mudaram. Muitos políticos de ocasião, sem propostas claras de políticas públicas, foram deixados de lado. A antipolítica, tão apregoada em 2018, apresentou um enfraquecimento. Agora, os partidos têm de analisar esses indícios para se preparem para 2022. É certo que o cenário se repetirá e influenciará as urnas ano que vem? Difícil saber. É evidente, no entanto, que não se pode negligenciar tais sinais. Tudo ainda está muito indefinido, e os brasileiros já mostraram que na hora de votar podem surpreender muito além do esperado.

Para Michelle Fernandez – doutora em Ciência Política pela Universidade de Salamanca (Usal/Espanha), professora e pesquisadora no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol-UnB) e pesquisadora no Núcleo de Estudos da Burocracia da Fundação Getúlio Vargas (NEB-FGV) –, o resultado das eleições em 2020 parece ser um sinal de que a situação está voltando ao seu eixo normal.

Com a descrença da população na política e nos políticos, vendeu-se o discurso de que “o mundo da política é sujo, e que quem vem de fora da política tem melhores aptidões para desenvolver as tarefas públicas”. Michelle lembra que não é bem assim, pois o cenário político tem todo um *modus operandi* muito próprio. Portanto, “não necessariamente quem vem de fora da política vai ter ferramenta suficiente para responder às demandas dos cidadãos”. Outro aspecto é que a antipolítica é muito discursiva e, “na

hora de fazer as coisas, não traz resposta pública. Então, não sei quanto isso vai perdurar”.

A prova de que a situação não é tão simples quanto alguns tentaram pregar veio em 2020. “Houve o retorno das pessoas que são da política, atuando politicamente, e um enfraquecimento desse apelo para a não política.” Apesar de não ser possível prever cenários com tanta antecedência, “isso, de alguma forma, nos aponta para as eleições de 2022. Podemos ter algo caminhando nesse sentido”.

Retirar os políticos da arena política não resolve a crise político-partidária por que passa o Brasil. Há, sim, uma necessidade de qualificação dos políticos brasileiros: “É uma qualificação na arena política. O que não quer dizer, também, que para você ser qualificado para assumir um cargo público, por meio de eleições, você tenha que vir de um meio que seja apenas o político”.

## Há uma conexão direta entre eleições locais e nacionais?



Carolina Pimentel Corrêa

Já para pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – também mestre em Ciência Política pela UFRGS e doutora em Sociologia pela Universidade do Porto (Portugal) –, Carolina Pimentel Corrêa, não há como fazer uma conexão entre as eleições de 2020 e as de 2022, pois elas têm lógicas de funcionamento um tanto distintas. “Elas podem apontar algum caminho, alguma mudança mais estrutural? Podem. Mas as lógicas eleitorais são diferentes.”





Para ela, o ideal é observar o cenário eleitoral a partir de movimentos políticos, e também institucionais, fazer um recorte temporal maior que considere aspectos estruturais do próprio sistema partidário, ao longo do tempo. “Na verdade, desde as eleições nacionais de 2010, e das eleições municipais de 2012, os partidos de esquerda vêm perdendo um pouco de espaço, e os partidos de centro também. Por outro lado, a direita, gradualmente, vem crescendo. Eu até diria que a direita vem retomando espaço.”

Carolina analisa que a taxa de reeleição, em 2016, caiu em comparação a 2012 – quando foram realizadas as últimas eleições municipais antes de 2016. Por sua vez, em 2020, houve, novamente, uma taxa de reeleição de prefeitos bem parecida com a de 2012. “Então, na verdade, o que a gente enxerga aqui é a normalização de uma taxa de reeleição que a gente tinha.”

Entretanto, para a cientista política, não se tem a certeza de “quem” foram esses prefeitos reeleitos. “Ok, foram reeleitos. Mas foram reeleitos aqueles que já tinham uma longa trajetória na política? Ou aqueles que eram novatos em 2016?”

Ficam as perguntas: será que houve uma racionalização por parte dos eleitores em 2020? Será que se indagaram se era o momento de trocar um governante? “A gente vai tirar esse prefeito que está articulando questões de como lidar com a covid-19, e a partir de janeiro vamos colocar outro?”

Outro questionamento de Carolina é se a antipolítica realmente sucumbiu: “Eu acho que não

sumiu, pois podemos dizer que as eleições de 2020 ainda tiveram um pouco disso. Foi possível perceber vários candidatos tentando desvincular seu nome do partido. E a gente vê o crescimento de alguns movimentos de educação política, ou de formação política”.

No entanto, em seu ponto de vista, o movimento antipartido não é positivo para a sociedade. “Uma democracia não existe sem partidos políticos. Em todas as entrevistas que dou, em todas as minhas aulas, eu falo sobre isso. Os partidos políticos são fundamentais para a democracia, para a representação de interesses da sociedade”.

Tanto Michelle quanto Carolina ressaltam a importância da heterogeneidade no pleito de 2020, com mulheres, negros e trans candidatos e candidatas tanto para as prefeituras quanto para as vagas do Legislativo, mesmo que o número ainda esteja muito, mas muito distante da representatividade ideal. “É o que a gente chama da representação espelho, ter nas instituições políticas um espelho daquilo que enxergamos em toda a sociedade. Mas ainda estamos bem longe de conseguir uma representação espelho”, pontua Carolina, para quem, mesmo assim, essa heterogeneidade já foi um passo muito importante.

Para ela, não é “que importantes pautas políticas estão voltando”, mas, sim, que houve uma eleição mais plural. “Mesmo que sejam *baby steps*, passinhos pequenininhos, a gente enxerga ventos positivos de mudança soprando no sentido dessa pluralidade de representação democrática.”

## Influência do coronavírus e da crise social

O atual contexto social brasileiro de aumento da pobreza, piora dos indicadores de saúde pública, desemprego, alta da inflação e crise econômica, política e social demanda respostas imediatas. E a exigência por essas respostas repercutiu nas urnas, segundo a cientista política Michelle Fernandez. “São respostas mais vinculadas ao dia a dia das pessoas. E é no município que a política de uma forma geral acontece, e eu digo política no sentido de demanda por direitos, por serviços. Isso está vinculado aos prefeitos.” Para completar, houve a crise sanitária da covid-19: “Isso pautou muito as eleições, para além das questões de saúde”.

Para ela, é por essa razão que existe uma sensação, “e é uma sensação real”, de que os temas de política pública ganharam mais espaço nas eleições de 2020, “porque as pessoas queriam respostas dos mandatários locais”.

Nas mesma linha, as políticas de fomento de emprego e todas aquelas voltadas à melhoria econômica da vida das pessoas foram pleiteadas pelos cidadãos aos candidatos. Outro tema foi a educação. Em 2020, na crise da covid-19, “a educação passou a ser importante pela relevância que mostrou na sua ausência”. Michelle analisa que, além dos temas sempre em pauta, a exemplo da saúde e da segurança, “aqueles vinculados à situação econômica – seja pela impossibilidade de exercer as atividades enquanto pequeno empresário ou pela falta de emprego – e a educação ganharam bastante destaque”.

Mas será que esses assuntos serão o foco em 2022? “É muito difícil prever. A eleição de 2022 será para deputados estaduais, para o Congresso Nacional e para o presidente da República. Então, não sei se o cidadão vai pautar o debate público e a opinião da cidadania na época da eleição.”





### Os desafios dos novos gestores

E o que os eleitores esperam dos novos gestores? “Na ausência de uma coordenação do Ministério da Saúde, os gestores têm exercido papel muito importante na crise sanitária da covid-19. Creio que sejam esperadas respostas eficazes e eficientes”, pontua Michelle Fernandez.

O que os novos gestores estão encontrando pelo caminho também é um cenário preocupante, pois os municípios são os responsáveis pela atenção primária à saúde. “Compete ao município implementar tudo aquilo que as pessoas recebem na unidade básica de saúde, que é o primeiro atendimento que o cidadão tem no SUS, tudo isso é de responsabilidade dos prefeitos.”

O fato é que a atenção básica também está em crise. “É um nível de atendimento fundamental para a saúde, e vem sofrendo baques ao longo dos últimos anos. Na pandemia, também não recebeu a atenção necessária, ou seja, não foi considerada importante no atendimento à covid-19, e deveria ter sido. Teria condições de frear a pandemia.” Michelle ainda cita as sequelas, o pós-covid, que também disputarão o atendimento nas unidades básicas.

Para completar, a atenção primária no Brasil é responsável pela vacinação. “O Programa Nacional de Imunização é implementado pelas unidades básicas de saúde. Portanto, possivelmente, será onde as pessoas serão vacinadas. E, com certeza, não terão capacidade para atender todo mundo. Esse será outro desafio para os prefeitos.”

### Política Nacional de Resíduos Sólidos e Marco Legal de Saneamento



Enrico Misasi

Também ganharam relevância nas últimas eleições a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Marco Legal de Saneamento. Para o deputado federal Enrico Misasi (PV-SP), líder da bancada do PV na Câmara dos Deputados e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Saneamento, os dois temas são essenciais e, também, transversais.

Neles, várias áreas se concentram. Saneamento – englobando principalmente água, esgoto e resíduos sólidos – envolve diversos aspectos

relevantes para o país e para os municípios. “Os dois têm um apelo ambiental evidente, importantíssimo, um aspecto econômico, porque têm potencial de geração de emprego e de atração de investimentos; possuem, ainda, um apelo fiscal para os próprios entes, municípios, estados e União, porque o gasto com saneamento e com resíduos sólidos é alto”.

De acordo com o deputado, principalmente nos municípios, a questão do tratamento dos resíduos sólidos ocupa uma das principais posições nas prioridades de gasto de muitos prefeitos, Brasil afora. Portanto, racionalizar o tratamento, atrair investimento e fazer concessões e parcerias público-privadas têm um aspecto fiscal importante para o país. “E, evidentemente, é uma questão social relevantíssima. Muitas e muitas pessoas vivem em condições bastante precárias, e justamente a ausência de saneamento básico, do devido tratamento dos resíduos sólidos, é um dos ingredientes dessa condição de miserabilidade em que muitos brasileiros, infelizmente, ainda vivem.” Ele salienta, ainda, que o setor também envolve saúde pública.

Portanto, são assuntos que têm toda prioridade no país e, para Misasi, os eleitores têm se dado cada vez mais conta disso. “Para mim, foi notório nas eleições municipais do ano passado a quantidade de pessoas, tanto candidatos, quanto eleitores, que vinham até nós, nos questionar o que era possível fazer com relação ao saneamento e aos resíduos. Há uma conscientização nova da importância desses assuntos para a vida concreta das pessoas.”

Sabe aquele conceito de que saneamento não deve ser prioridade do político porque não gera voto, não aparece? O deputado acredita que essa visão distorcida acabou. “A população e a própria classe política amadureceram a ponto de conseguir priorizar esse assunto. A legislação já foi aprimorada com o Marco Legal do Saneamento.” Se o Brasil já está munido legalmente, então qual o próximo passo? Para o líder da bancada do PV na Câmara, é a organização de uma coordenação efetiva dos vários atores envolvidos e a elaboração de bons projetos para a coleta, tratamento e destinação de resíduos sólidos, “principalmente envolvendo a figura dos consórcios de municípios, para que haja escalabilidade e interesse econômico-financeiro efetivo”. O deputado não tem dúvida de que os dois temas serão algumas “das principais prioridades do país na próxima década”.

## Meio ambiente e sustentabilidade

Quanto às pautas ambientais: como elas se apresentaram em 2020 e qual a perspectiva? Quem fala sobre o tema é a cientista política Carolina Pimentel Corrêa. Ela questiona que, se o Brasil constrói um caminho de preocupação com a política ambiental desde os anos 1980, então o que ocorreu nos últimos anos que trouxe a pauta ambiental para o debate político de um modo mais presente?

Carolina parte da própria governança ambiental global e da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, quando houve uma trepidação no que se esperava por parte de um país que, “ao menos teoricamente”, se envolvia com a causa ambiental. “Isso abalou a estrutura da governança ambiental global e a estrutura de alguns países”, e, a partir daí, “começou a acender uma luzinha vermelha quando a gente pensa em questões ambientais”.

No Brasil, quando Michel Temer assume a Presidência da República, ele mostra que a pauta ambiental não é a de sua preferência. Depois, em 2018, Bolsonaro chega ao governo, e “desde a eleição, ele sempre deixou claro que a pauta ambiental não seria a sua prioridade política”. Para completar, Ricardo Salles assumiu o Ministério do Meio Ambiente, com todo o histórico já bem conhecido dos brasileiros.

No entanto, em análise feita por Carolina de todos os programas de governo dos dez principais



colocados no primeiro turno das eleições de 2018, ela observou que “todos fazem alguma menção à política ambiental, ao desenvolvimento sustentável, a questões energéticas. Alguns, claro, são mais aprofundados, mais detalhados”. Essa informação demonstra o fortalecimento da agenda ambiental no debate político brasileiro.

Para ela, esse debate veio para ficar, tanto no meio político nacional, quanto no mundo todo, e tem sido ainda mais fortalecido pela pandemia. “Provavelmente, nas eleições de 2022 essa será uma pauta muito discutida. Na verdade, me decepcionei um pouco com o modo como ela foi tratada nas eleições municipais. Eu esperava ver mais discussões e mais militantes da agenda ambiental eleitos.”

### **O que o poder local pode fazer em termos ambientais?**

A cientista política Carolina Corrêa frisa que existe uma implementação das políticas públicas ambientais no Brasil que precisa da colaboração descentralizada dos três planos: o federal, o estadual e o municipal. Para ela, é necessário lembrar que o Brasil tem uma legislação ambiental bem desenvolvida: “O Brasil, durante muito tempo, e acredito que ainda se encontre nessa posição, é um dos países onde a legislação ambiental é a mais completa. Porém, a existência de uma lei não significa a existência direta de uma política ambiental bem desenvolvida”.

A crítica é assertiva: “Eu costumo dizer que leis engavetadas não mudam realidades. Então, é uma falha, vamos dizer assim, um desafio que o Brasil ainda precisa enfrentar, e levar a sério, em todos os níveis, em todos os planos do nosso federalismo, estadual, nacional, municipal: pensar na implementação dessa legislação, no monitoramento das políticas que já existem”.

Assim, a primeira ação na qual um gestor municipal deve pensar para implementar uma agenda ambiental no seu governo é, justamente, fortalecer os órgãos ambientais e as instituições já previstas em lei – ou lhes dar vida onde não existem. Isso sem contar o saneamento básico e o tratamento dos resíduos sólidos.

Entretanto, para a pesquisadora Carolina Corrêa, no meio do caminho há um dos maiores impasses brasileiros: a descontinuidade das políticas – além da falta de comprometimento. “Se todos os municípios fizessem o seu papel para o desenvolvimento desses órgãos, desenvolvimento desses planos de ação, e colocassem em prática a implementação, o monitoramento e a fiscalização dessas políticas públicas, no âmbito local; se todos os municípios trabalhassem juntos, tendo responsabilidade sobre um espaço territorial menor, seria mais simples e mais fácil que as coisas funcionassem.”





## Pluripartidarismo, cláusula de barreira e *outsiders* na política

Um cenário que vinha se apresentando desde as eleições de 2016, com a ascensão de políticos incidentais – termo usado pelo sociólogo e cientista político Sérgio Abranches –, e que se confirmou no pleito de 2018, teve resultado decrescente nas urnas em 2020. Quem traça o cenário político dos últimos anos e discorre sobre o tema é Helcimara Telles, doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Ela questiona: “[...] se os *outsiders* já se arriscaram outras vezes para acessar cargos políticos, por qual motivo, recentemente, tiveram sucesso nas eleições municipais?”. Essa realidade, para Helcimara, começou a mudar nas eleições de 2020, apontando que os *outsiders* e o discurso da antipolítica não continuarão a ter êxito. Entre outros temas de seu artigo, estão as *fake news*, a ascensão das pautas identitárias e o desafio dos pequenos partidos para 2022.

No segundo artigo, cláusula de barreira e pluripartidarismo são os temas desenvolvidos pelo autor do livro *Partidos políticos: Desafios contemporâneos*, Raimundo Augusto Fernandes Neto, doutorando em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (Unifor), também presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-CE. Fernandes Neto lança um olhar crítico para algumas das teorias que envolvem o tema da crise da democracia brasileira, principalmente aquela que joga a culpa sobre as costas do pluripartidarismo.

Em seguida, apresenta seu ponto de vista sobre a EC 97/2017 e a cláusula de barreira: “Exprime-se, com efeito, que o objetivo maior da norma foi financiar o *establishment* e, por consequência, provocar uma lenta e gradual ‘desidratação’ das minorias políticas”. E será que essa redução do número de partidos “importará em maior governabilidade (consensos políticos)?”. Fernandes Neto é pessimista – ou realista: “O exemplo mundial assegura que não”. Por fim, assinala: “[...] a cláusula de barreira inibe as minorias políticas e a renovação político-partidária, porquanto, ideológica [...]”.



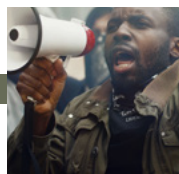
Retrato do Brasil nas urnas: a vitória dos políticos profissionais e da direita  
> **Helcimara Telles**



A crise democrática brasileira e o pluripartidarismo  
> **Raimundo Augusto Fernandes Neto**

# Retrato do Brasil nas urnas: a vitória dos políticos profissionais e da direita

> Helcimara Telles



As eleições municipais de 2016 foram mais pulverizadas que as anteriores em termos do número de partidos que ofereceram candidatos a vereador, e foram, ainda, muito mais imprevisíveis. A incerteza sobre os resultados pode ser encontrada em razões conjunturais. Não se sabia como os eleitores agiriam diante de uma situação em que a avaliação dos líderes políticos nacionais e estaduais era muito ruim, o que reduzia a capacidade deles de transferir seu prestígio aos candidatos a prefeito que apoiavam. A percepção do público sobre a economia era muito negativa, o que tende a contribuir para a má avaliação do prefeito e restringe o voto retrospectivo. E, além disso, as atuações das operações da Lava Jato, que promoviam a narrativa antipolítica em suas ações e na cobertura dos meios de comunicação, impactaram a confiança nos partidos e nas elites políticas.

Os pequenos partidos aproveitaram-se dessa janela de oportunidades e lançaram candidatos inéditos para o pleito majoritário e proporcional. Nessas eleições, *outsiders* filiados a pequenos partidos foram escolhidos pela população de diversas cidades brasileiras, e os políticos valeram-se de discursos da antipolítica e populistas, em um panorama de insatisfação com as instituições representativas e de afastamento dos eleitores dos partidos políticos. Ademais, desde 2014, boa parte dos cidadãos passou

a repelir o Partido dos Trabalhadores (PT) e, consequentemente, o antipetismo e o antipartidarismo reativo se alargaram.

O descontentamento com partidos e seus parlamentares enfraqueceu a preferência partidária e a participação eleitoral, assim como o número de votantes que validaram seu voto nas eleições municipais. A baixa identificação partidária é consequência da menor relevância do elemento programático nos partidos, embora seja possível existir casos de alta preferência pelos partidos em ocasiões de escassa estruturação programática. Nesses casos, a conexão com os partidos teria uma origem clientelista ou personalista. Em sistemas partidários com menor estruturação programática são observados, simultaneamente, eleitorados mais voláteis e o clientelismo. O descrédito nos partidos provoca o distanciamento dos eleitores das legendas, o que aumenta a volatilidade e se traduz, muitas vezes, em antipartidarismo reativo e em apoio a *outsiders* e a líderes com narrativas antipolíticas. Quando os vínculos entre os cidadãos e os ocupantes de cargos públicos são debilitados, os meios de comunicação passam a ser um importante atalho para a decisão de voto, pois são eles que interpretam a política. Por outro lado, os líderes populistas, ao mesmo tempo, se utilizam das mídias para a comunicação direta com o público.





Populismo, populistas e *outsiders* são temas bastante controversos e não consensuais na literatura. *Outsiders* são aqui considerados como candidatos com estilos e discursos antipartidários, que aspiram a cargos representativos e que participam das eleições sem o apoio de um importante partido nacional em que tenham desenvolvido suas carreiras políticas, e fora dos tradicionais canais partidários. Os *outsiders* detêm capital convertido, que é definido como a confiança posta no político que procede, paradoxalmente, do fato de ele não demonstrar seu pertencimento ao campo da política.

Contudo, se os *outsiders* já se arriscaram outras vezes para acessar cargos políticos, por qual motivo, recentemente, tiveram sucesso nas eleições municipais? No Brasil, uma das respostas para o êxito dos *outsiders* e do capital convertido se deve à combinação entre a baixa estruturação programática dos partidos (estrutural), a precária institucionalização do sistema partidário (estrutural) e os escândalos políticos midiáticos de corrupção (contextual).

O Brasil não atende a todo o conjunto dos itens anteriores, que são condições necessárias (mas não suficientes) para a institucionalização do sistema partidário, sobretudo, naquelas categorias que supõem a estabilidade nas preferências partidárias e a concor-

dância da opinião pública de que os partidos são os legítimos intermediadores entre o Estado e a sociedade. O desalinhamento do sistema partidário, que potencializa o aparecimento de *outsiders*, foi acentuado no Brasil, a partir de 2014. Os movimentos ocorridos no período de julgamento do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, entre 2015 a 2016, instituíram uma síndrome de percepção negativa sobre os atores políticos e as instituições, além de cinismo, indiferença e afastamento da política. Do mesmo modo, o desencanto com os representantes e as autoridades políticas foi reforçado pelo *recall* das notícias negativas nos meios de comunicação – economia e corrupção. Nos protestos antigoverno, o “povo” se via como o principal ator, em decorrência dos discursos positivos sobre o *impeachment* e os protestos favoráveis a ele, bastante disseminados nas mídias sociais e tradicionais, por meio de textos e imagens que reconstruíam as “vozes” das ruas.

### Os *outsiders* nas eleições de 2020

Diante desse cenário de 2016, a pergunta que ficou foi se os *outsiders* continuariam a ter êxito nas eleições de 2020, tanto em prefeituras quanto em câmaras municipais. As eleições de 2020 demonstraram que não, em função de algumas razões:

(a) a apatia política dominou a opinião pública, pouco mobilizada e ainda mais descrente nos agentes políticos;

(b) a conjuntura pandêmica passou a valorizar a função do Estado, com a aparente falência atual do discurso neoliberal de Estado mínimo, em função da necessidade de políticas públicas de saúde;

(c) as coligações proibidas no plano proporcional levaram à fragmentação da disputa eleitoral e dificultaram a entrada de novos atores no mercado político.

Como consequência de “a” e “c”, aumentaram as chances de êxito dos profissionais da política que já possuíam recursos políticos e financeiros e que já mobilizavam sua clientela durante o mandato. Ademais, com a dificuldade de mobilização (apatia política) e de aglomeração (normas sanitárias), os *outsiders* tiveram menor chance de alcançar parcelas

significativas do eleitorado – exceto os candidatos milionários, que cresceram bastante nessa eleição. Mas candidatos milionários conseguiram, ainda que minoritariamente, entrar como *outsiders*, pois contaram com recursos financeiros próprios.

Candidatos podem ser milionários devido aos seus méritos, herança etc. ou podem ser considerados milionários quando se estruturam em organizações ricas e independentes dos partidos – como as igrejas evangélicas, que estão se enraizando cada vez mais na política eleitoral, lançando candidatos em partidos não cristãos, mas se organizando em bancadas da fé e da família, após as eleições. Esses grupos têm chances reais de eleger *outsiders* com o uso de alcunhas religiosas, pois não dependem dos recursos do financiamento público de campanha. Outros podem se eleger usando recursos financeiros para a contratação de agências de comunicação que monitoram, publicam e impulsionam mídias sociais, serviços cada vez mais caros e especializados.



É bom recordar que também aumentou significativamente o número de candidatos religiosos, fenômeno já detectado nas eleições de 2016. Também por força da mudança das regras eleitorais no que tange à obrigatoriedade de financiamento de candidatos negros e devido à agenda antirracista global, houve um aumento no número de candidatos vinculados a partidos e movimentos sociais.

Dessa forma, as campanhas baseadas em temas morais e comportamentais, identitários, de saúde e de Estado foram recorrentes em 2020. E o tema da corrupção se esvaiu, sobretudo pela sua rotinização e por empecilhos encontrados pela Lava Jato, que foi esvaziada moral e organizacionalmente – ao contrário do ocorrido em 2016, quando as eleições ocorreram sob o signo da mudança e do “lavajatismo”.

Recursos financeiros próprios ou advindos de organizações não partidárias e as mídias sociais foram importantes nas eleições de 2020. Nesse cenário, adicionou-se a abstenção (apatia + pandemia), o comparecimento de eleitores mais interessados e ativistas na política, as coligações proporcionais proibidas e a alta fragmentação eleitoral, que, juntos, levaram a uma menor renovação nas câmaras municipais do país e à redução dos partidos efetivos nas respectivas câmaras.

**Conclui-se que a experiência como profissional da política e em cargos de representação (capital delegado) se sobrepôs ao capital convertido, e os *outsiders* foram derrotados, i.e., tiveram menor êxito que nas eleições de 2016 – excetuando-se os “milionários”, os ricos e aqueles com recursos de igrejas.**

### Prefeituras que cada partido ganhou ou perdeu em 2020 em relação a 2016

Partidos	Total de prefeituras 2016	Total de prefeituras 2020	Total ganho/perda de prefeituras
Avante	12	83	+71
Cidadania	124	141	+17
DC	8	1	-7
DEM	273	476	+203
MDB	1050	803	-247
Novo	0	1	+1
Patriota	13	50	37
PC do B	82	46	-36
PDT	335	320	-15
PHS	38	0	-38
PL	300	351	+51
PMB	4	1	-3
PMN	28	13	-15
Pode	30	105	+75
PP	500	698	+198
PPL	5	0	-5
Pros	50	42	-8
PRP	18	0	-18
PRTB	9	6	-3
PSB	411	258	-153
PSC	86	117	+31
PSD	543	663	+120

PSDB	806	533	-273
PSL	30	92	+62
PSOL	2	5	+3
PT	255	183	-72
PTB	265	217	-48
PTC	16	1	-15
PV	102	46	-56
Rede	6	6	6
Republi- canos	106	214	+108
SD	61	95	+34

Fonte: TSE.

### A caminho de 2022

Anteriormente, chamei a atenção para alguns aspectos que poderiam ter sobrevivido nas eleições de 2020, em relação às instituições, discursos e pautas prováveis da campanha. Enumerei alguns pontos e volto a eles: fragmentação eleitoral e redução do número de partidos parlamentares efetivos; crescimento das candidaturas de pessoas negras para vereador em função da pauta global antirracista e dificuldades delas para alcançar cadeiras; pautas identitárias nas câmaras municipais; um maior desejo de segurança ou eleições que privilegiariam os políticos “profissionais”; Estado x comportamento; alta abstenção; derrota dos *outsiders*.

Contudo, abertas as urnas, foi possível ampliar um pouco mais a partir dos dados, que mostram em termos numéricos a perda de prefeituras por parte do PT, do PSDB e sobretudo do MDB no primeiro turno, e o ganho de prefeituras por parte dos partidos de direita – DEM, PP, PSD, PSL. Mas, ainda que tenha perdido executivos, o PSDB conseguiu manter o maior colégio eleitoral do país – São Paulo – com a reeleição de Bruno Covas, e o MDB surpreendeu nas capitais, onde obteve inúmeras vitórias de norte a sul do país, evidenciando, com isso, que será um ator fundamental para as articulações das presidenciais de 2022. O mesmo não pode ser dito do PT.



**O PT e as esquerdas perderam espaços, seja nas câmaras municipais, seja nas prefeituras. Pela primeira vez, desde a eleição de 1985, quando elegeu sua candidata em Fortaleza, o PT não obteve vitória nas capitais e saiu ainda menor do que estava em 2016. Isso se deve tanto aos estragos do “lavajatismo”, que associou o partido à corrupção, quanto às suas estratégias de lançar caciques sem votos nas principais prefeituras do país. Considerando-se o contexto pandêmico, partidos que já possuíam prefeitos saíram-se melhor do que aqueles com poucos prefeitos, como é o caso do PT.**

A falta de renovação e a sua dependência de Lula também cobraram a fatura. Desde o afastamento de Dilma, a pauta do PT tem sido no sentido de retirar os processos contra Lula, a sua principal liderança. Se de um lado essa estratégia está correta, uma vez que esse líder segue sendo o seu principal capital político, por outro lado, ao paralisar todos os outros temas e articulações em função disso, o partido perdeu a capacidade de enraizar-se na sociedade, congelou suas lideranças e não teve acolhida em outras regiões onde outrora administrava. Esse é o caso de BH, em que PT obteve tão somente 1,9% dos votos, embora tenha governado sozinho ou participado de administrações municipais durante 20 anos nessa capital. O partido preocupou-se mais em lançar seus caciques do que em apostar em novos quadros nas eleições – como vêm fazendo o PSDB, o PSOL e o PC do B, por exemplo.

A administração correta ou regular da pandemia favoreceu a reeleição dos prefeitos, como os resultados comprovaram claramente, excetuando-se Rio de Janeiro e Rio Branco – esse contexto naturalmente desfavorece o PT e partidos sem prefeituras nas capitais. A segurança, a experiência e as ações para o domínio da pandemia beneficiaram os prefeitos que estavam disputando a reeleição. Após a ressaca de 2016 e de 2018 – no qual predominaram discursos da antipolítica e do antissistema, o eleitor privilegiou a experiência e a capacidade do prefeito em “realizar” em detrimento das “aventuras” dos *outsiders*, que saíram plenamente derrotados.



As pautas identitárias também estiveram muito presentes nas campanhas proporcionais de candidatos de centro e esquerda. LGBTQIA+, trans, negros e mulheres cresceram nas câmaras municipais – muito embora o número de mulheres eleitas vereadoras no Brasil seja menor do que o do Afeganistão; e o número de eleitos negros e negras seja absolutamente desproporcional à sua quantidade na população. Mas foi um crescimento, ainda que modesto, e isso pode apontar para próximas eleições com mais diversidade de cor e gênero. Entretanto, isso não se observa no Executivo: homens e brancos tiveram vitória em todas as capitais brasileiras, confirmando que colorir o Brasil depende ainda de muita intervenção das instituições nos partidos, que resistem às mudanças e são liderados basicamente por homens, com honrosas exceções. Até o Partido das Mulheres (PMB) lançou candidatos masculinos e é organizado por homens.

A grande novidade de 2020 reside em Guilherme Boulos, do PSOL, derrotado com 40% dos votos em SP. Com pouco tempo de TV, utilizou seus poucos recursos investindo nas mídias sociais e contando com o apoio de figuras fora da política institucional – como artistas e lideranças de movimentos populares. Mas, no segundo turno, transformou sua eleição na antiga polarização PSDB x PT: todos os personagens da esquerda ao lado de Boulos, inclusive Lula, contra o PSDB, que provou que ainda possui enorme força na cidade. Mas Boulos ultrapassou em muito o identitarismo de seu partido, apresentou uma pauta para as periferias, os mais pobres e os vulneráveis e conseguiu adentrar nos territórios petistas, o que provavel-

mente reduz o cacife político de Fernando Haddad para ser o nome que “coesione” as esquerdas em 2022. Quando Boulos e o PSOL ganham espaços, o PT perde. Soma zero, uma vez que disputam os mesmos territórios.

### Cláusula de barreira

Outra observação diz respeito a 2022: PC do B, PSOL e outros pequenos partidos indefinidos e de direita não alcançaram 2% de votos nas eleições para vereador. Isso coloca um desafio para essas siglas, uma vez que as cláusulas de barreira serão mais rígidas em 2022 e tais partidos poderão desaparecer, caso não se fundam a outros. Tal cálculo será levado em conta por essas forças ao se organizarem em torno de candidatos a presidente. Com Ciro, do PDT, liderando as articulações no Nordeste e as vitórias do PSB, a esquerda, que já está fragmentada, pode vir a se dividir ainda mais em 2022, sem conseguir articular uma “Frente Ampla”, como ocorreu em São Paulo.

Por fim, seria muito importante debater aqui o papel das *fake news* no Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. Mas não cabe muita discussão: crimes eleitorais foram praticados e expandidos no segundo turno, com pouca intervenção do TSE. Por isso, cabe apenas o repúdio a uma prática que vem crescendo no país, sob os olhos das autoridades eleitorais e partidárias, com pouca investigação a respeito. As *fake news* mancharam as eleições e corroem a democracia eleitoral.





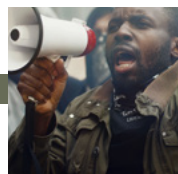
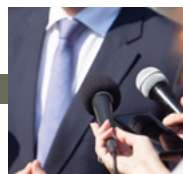
**Os ultradireitistas foram derrotados e, como dito, a direita cresceu. Os resultados favoráveis do DEM, no Rio de Janeiro, e do PSDB, em São Paulo, nos fazem indagar: a antiga aliança PSDB – DEM será resgatada nas presidenciais? Qual será o papel do MDB nas próximas eleições, uma vez que seu peso nas capitais o qualifica como importante árbitro das próximas eleições?**



**Helcimara de Souza Telles**  
é doutora em Ciência Política pela USP  
e professora da Universidade Federal  
de Minas Gerais (UFMG).  
E-mail: maratelles@uol.com.br

# A crise democrática brasileira e o pluripartidarismo

## > Raimundo Augusto Fernandes Neto



A democracia está em crise. A constatação permeia o cotidiano do debate político-social e está inserida desde nos textos acadêmicos até nas redes sociais. A sensação é a de que a democracia já não é responsiva aos anseios populares. Títulos sobre o risco democrático e a morte da democracia<sup>1</sup> permeiam as prateleiras físicas e virtuais; valores democráticos são desconsiderados à luz de supostas superação e ineficiência, à margem de outras soluções que não o já experimentado autoritarismo. A capacidade de adaptação democrática é confrontada pelo imobilismo autoritário, negando a locução de Norberto Bobbio:<sup>2</sup> “[...] para um regime democrático, o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo”.

No terreno fértil da instabilidade política germinam ideias tidas como inovadoras, em sua maioria destinadas à missão salvadora da restauração sistêmica do processo eleitoral, descuidando-se da lição schmittiana<sup>3</sup> de que “[...] todo momento crítico ameaça o princípio da igualdade de chances.”

Para a atual crise brasileira, prescreve-se um velho remédio: uma reforma política. A responsabilidade da crise democrática é do sistema político e eleitoral, porquanto a reforma política deveria vir antes das demais, diriam um parlamentar, um jornalista multiespecializado ou um juiz da Corte Suprema – todos baseados

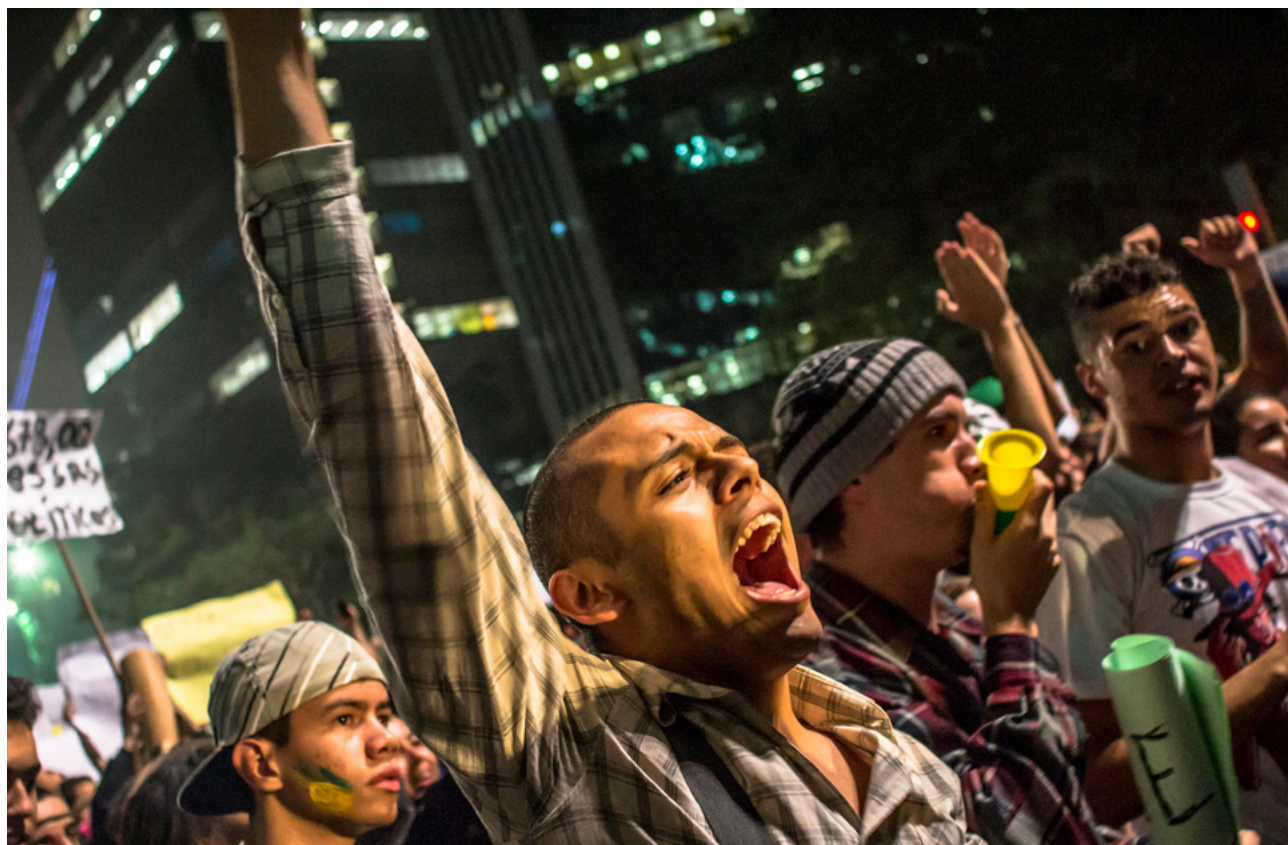
no que seria um senso comum. A reforma política é consenso, mas o seu conteúdo, no entanto, é o dissenso “personificado”.

O entrave da vez na democracia nacional seriam os partidos políticos; não quanto à necessidade, mas a respeito de sua quantidade na realidade institucional brasileira. O excesso partidário é o que imporá a restrição à governabilidade e à eficiência administrativa brasileira.

Não é despiciendo afirmar que a crise partidária é imbricada na crise do Estado em si e em sua incapacidade de suprir as demandas individuais e sociais na inteireza exigida na contemporaneidade. Entretanto, são as instituições políticas, em especial, os partidos políticos, que são objeto do maior desgaste social. Conforme os Índices de Confiança Social de vários institutos,<sup>4</sup> os partidos políticos têm ocupado as últimas posições em seus levantamentos, na última década.

O Brasil conta, atualmente, com 33 agremiações partidárias registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No último pleito geral, em 2018, quando havia 35 partidos políticos, 30 obtiveram vagas na Câmara dos Deputados; no Senado Federal, foram 21 partidos eleitos em representação dos estados. Os números revelam inegável fragmentação partidária. Seria também ideológica? A redução partidária importaria na facilidade dos consensos? Há dúvidas.





### Cláusula de barreira

Após editada a EC 97/2017, iniciou-se o processo político legislativo destinado a reduzir as agremiações partidárias nacionais. O projeto reducionista tem dois pilares: o primeiro, a cláusula de barreira, e o outro, em complementação, o fim das coligações proporcionais, dificultando o acesso eleitoral aos grêmios partidários. As duas instituições conjugadas produzem um efeito limitante nas pequenas agremiações, afetando a condição político-estrutural para disputar o poder com igualdade de chances.

A cláusula de barreira aprovada na EC 97/2017 prevê a exclusão do fundo partidário e do direito de antena para as agremiações que não atingirem o percentual mínimo de 3% (três por cento) de votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou que não tiverem eleito pelo menos quinze deputados federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação. Na EC 97/2017, a introdução por completo da restrição por desempenho se dará nas eleições de 2030.<sup>5</sup>

Com o resultado da recente eleição geral de 2018 e o início da aplicação parcial e gradual da cláusula de barreira – que se dará nos exercícios seguintes até 2030, segundo a previsão do § 3º do art. 17 da Constituição Fe-

deral, alterada pela EC nº 97/2017 –, dentre as 35 agremiações partidárias existentes em 2018, 14 não mais terão acesso ao fundo partidário e ao direito de antena, pelo menos até as próximas eleições gerais. Os seguintes partidos serão excluídos, consequentemente, do benefício estatal: Rede Sustentabilidade, Patriota, PHS, DC, PCdoB, PCB, PCO, PMB, PMN, PPL, PRP, PRTB, PSTU, PTC.<sup>6</sup>

**Se em 2030 houver o mesmo resultado de 2018, mas com a novel aplicação da norma do art. 17, § 3º, da CF/88, apenas dez partidos cumprirão os requisitos estabelecidos e terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão: PDT, PSDB, DEM, PRB, PR, MDB, PSD, PP, PSL e PT.**

O regramento do acesso aos recursos públicos eleitorais, no caso, o fundo partidário, criou, consequentemente, uma distinção entre partidos políticos aquinhoados com recursos públicos ordinários e outros partidos sem acesso ao fundo partidário. Em 2020, o Fundo Partidário importou na significativa cifra de R\$ 959.015.755,00, conforme definido pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Na prática, ainda com base nos dados de 2018, o valor do fundo eleitoral seria dividido apenas entre os dez partidos sobreviventes à cláusula de desempenho, proporcionalmente à representação.

Não por coincidência, a redução ao acesso de grande parte das agremiações ao fundo público de manutenção partidária ocorreu quando da modificação da matriz de financiamento da política, agora com predominância pública. Essa modificação foi decorrente da intervenção política do STF na ADI 4.650/DF, que vedou a doação de pessoas jurídicas aos partidos e candidatos, que se constituía na base das doações eleitorais e partidárias.

A fórmula utilizada na cláusula de barreira nacional, atingindo o financiamento dos pequenos partidos e não o acesso das agremiações ao parlamento, como no modelo tradicional adotado mundialmente, a exemplo da Alemanha e outros países, é suficientemente reveladora do principal objetivo da norma: convergir o financiamento público para as grandes agremiações partidárias.

Exprime-se, com efeito, que o objetivo maior da norma foi financiar o *establishment* e, por consequência, provocar uma lenta e gradual “desidratação” das minorias políticas. Não que esses recursos já não fossem concentrados, pois somente 5% de todos os partidos tinham acesso ao fundo partidário em rateio com as demais agremiações. Os demais 95% já eram divididos considerando a proporção representativa da Câmara dos Deputados, o que, sem dúvida, prestigiava as maiores agremiações. A mesma coisa acontece com o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, em que somente o valor de 2% do seu total é rateado com todos os partidos, sendo que os 98% restantes são divididos por critérios proporcionais à participação na Câmara dos Deputados (83%) e no Senado Federal (15%).

A outra medida complementar do projeto de redução partidária foi o fim das coligações proporcionais, que acabou com a possibilidade do ajuntamento das agremiações menores a outros grêmios de pequeno porte ou não. Isso possibilita, muitas vezes, o acesso de algum candidato com maior expressão individual eleitoral ao mandato. Às pequenas agremiações, que já não contam com o incentivo financeiro para sua manutenção, é vedado utilizar o expediente para acessar o poder, o que reduz, ainda mais, suas chances de competição.



### Maior governabilidade?

Apesar do manifesto escopo econômico sob a justificativa de excesso partidário, a EC 97/2017 provocará uma redução drástica no número de partidos com reais chances de disputa política, porquanto, evitando ou amenizando a atual fragmentação partidária. Será que essa redução importará em maior governabilidade (consensos políticos)?

O exemplo mundial assegura que não. As constatações realizadas nos países com um menor número de agremiações políticas, como o Reino Unido, a exemplo do Brexit, a Itália e a Alemanha, com a permanente dificuldade na formação de maiorias parlamentares e, principalmente, os Estados Unidos, com os impasses políticos que inviabilizam a execução orçamentária, como o ocorrido no segundo governo Obama, além das intolerâncias próprias do governo Trump, que geraram dois *impeachments* em um só mandato, não autorizam concluir ser a quantidade de agentes partidários o que inviabiliza a governabilidade.

Por outro lado, é válido assinalar que a cláusula de barreira inibe as minorias políticas e a renovação político-partidária, porquanto, ideológica, garantindo a supremacia do *establishment*, provocando tratamento privilegiado e violando o princípio da igualdade de chances.

É significativo ter em mente que a Constituição de 1988 elegeu como um de seus fundamentos o pluralismo político. Uma nação plural enxerga as cores de um povo – interesses, ideias e ideais – e as valoriza no respeito ao dissenso. O reconhecimento das identidades, da liberdade de opinião, de pensamento e de manifestação dos grupos ou movimentos políticos é indispensável para a formação do consenso político temporário apto à governabilidade.

Para materializar politicamente o pluralismo, o constituinte nacional outorgou aos partidos políticos o monopólio da representação, elegendo o pluripartidarismo como agasalho das diversas manifestações políticas organizadas.

Os consensos temporários necessários à governabilidade do Estado não são obtidos mediante menor representação. Com menor representação, é a vontade de poucos que se solidifica. A governabilidade deve ser alcançada com amparo no respeito ao pensamento divergente, de não reconhecer como inimigo o portador dos ideais que não convergem para uma mesma óptica, seja ele uma representação partidária ou uma pessoa. A intransigência ideológica, a busca pelo pensamento unitário e a exterminação dos dissensos é o que vai de encontro ao princípio democrático, que tem no pluralismo e no pluripartidarismo a base da democracia constitucional brasileira.

Cláusulas de barreira com similar conteúdo já foram por duas oportunidades julgadas inconstitucionais pelo STF, mas já não se tem certeza de que o tratamento será dado à nova irrisignação (ADI 6063/DF – 2019). Nem a política organizada, tampouco o próprio Tribunal Constitucional parece ter escolhido a temática como prioritária. Para sua sobrevivência, as minorias político-partidárias, assim como outros grupos minoritários nacionais, estão fadados a percorrer um caminho ainda mais íngreme para se expressarem politicamente. Um caminho dificultado pela ideiação, do senso comum, de que quanto mais atores políticos, mais difícil a governabilidade, algo que, no passado helênico, já se chamou de aristocracia.



<sup>1</sup>LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

<sup>2</sup>BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 13.ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 23.

<sup>3</sup>SCHIMITT, Carl. **Legalidade e Legitimidade**. Trad. de Tito Lívio Cruz Romão. Coord. e sup. Luiz Moreira. Belo Horizonte; Del Rey, 2007. p. 34.

<sup>4</sup>Anualmente, o Ibope e o Datafolha realizam levantamento referente aos Índices de Confiança Social, no qual apuram a credibilidade das diversas instituições públicas perante a sociedade.

<sup>5</sup>A aplicação gradual da cláusula de barreira se dará nos seguintes índices: 1,5% (2018), 2,0% (2022), 2,5% (2026).

<sup>6</sup>SOUZA, Murilo. **Câmara Notícias**. 14 partidos não alcançaram a cláusula de desempenho e perderão recursos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564071-14-PARTIDOS-NAO-ALCANCAM-CLAUSULA-DE-DESEMPENHO-E-PERDERAO-RECURSOS>. html Acesso em: 10 out. 2018.



### Raimundo Augusto Fernandes

Neto é doutorando em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (Unifor), *Visiting Researcher Scholar* na Faculdade de Direito de Firenze, advogado eleitoral, presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-CE e professor universitário. Também integra a Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), o Grupo de Pesquisa Relações Econômicas, Políticas e Jurídicas da América Latina (Repjal - CNPQ/Unifor) e o Ágora - Grupo de Pesquisa e Extensão em Direito Eleitoral e Ciência Política da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fernandes Neto lançou em 2019 o livro *Partidos Políticos: Desafios Contemporâneos* (Editora Íthala).

# VERDES EM AÇÃO



## Prefeito de Americana, Chico Sardelli, prioriza meio ambiente e qualidade de vida

Obras que levarão saneamento básico a 100% da população nos próximos anos, e troca e modernização das Estações Elevatórias de Esgoto, que estão há quase 40 anos sem receber melhorias. Assim começou a administração do novo prefeito de Americana (SP), Chico Sardelli. Depois de muitos anos à frente do diretório municipal do Partido Verde (PV), Chico sabe a exata importância do meio ambiente para o desenvolvimento sustentável do município e tem, em seu programa de governo, diversas iniciativas de preservação e restauração ambiental.

Natural da cidade, o empresário começou a carreira pública como presidente do Rio Branco Esporte Clube, entre 1989 e 1991, e levou o clube à primeira divisão do futebol. Também foi deputado federal e estadual por cinco mandatos, tem mais de 40 projetos de lei aprovados e 120 propostos. Algumas de suas lutas foram a valorização do setor têxtil, o fortalecimento das guardas municipais e o desenvolvimento social das cidades.

A seguir, alguns dos trabalhos que serão desenvolvidos durante seu governo:





## Água

O abastecimento público é hoje o maior desafio de Americana. Por isso, o prefeito quer aumentar a autorização (outorga) para captação da água do Rio Piracicaba, pois atualmente o município consome 1.250 l/s e capta 1.050 l/s. Além disso, pretende instituir um programa contínuo de troca de redes para otimizar a chegada de água às casas dos americanenses.

As obras iniciais nessa área serão:

- conclusão da nova estação de captação de água;
- reforma e modernização da estrutura de captação de água existente hoje;
- criação de um programa contínuo de troca de redes no município;
- construção de um reservatório novo no São Vito, atendendo às demandas da região do São Vito, Jaguari e adjacências;
- construção de reservatório novo no Jardim Ipiranga, atendendo toda a região;
- construção de reservatório novo na Cidade Jardim, atendendo também a região do Terramérica;
- construção de reservatório na região do Jardim da Balsa, atendendo toda a região;
- ampliação, reforma e modernização do Centro de Reservação do Santa Catarina, atendendo também as regiões do Jardim São Pedro e Jardim São Paulo;
- construção de um novo “pulmão” na estação de tratamento de água (ETA), para ampliação da capacidade total de 2,5 para dez milhões de litros de água.



Chico Sardelli, o vice-prefeito Odir Demarchi e o secretário de Meio Ambiente, Fábio de Oliveira - Assessoria de Imprensa

## Esgoto

O Complexo da Estação de Tratamento de Esgoto Balsa/Gruta também será concluído, acabando de vez com o esgoto *in natura* despejado no Parque da Gruta, um patrimônio biológico da cidade. O Parque Natural Municipal da Gruta, ou “Gruta Dainese”, como é conhecido, apresenta relevância regional e estadual, haja vista a sua singular topografia formada por fendas e uma gruta distribuídas em uma área de 490.925,00m<sup>2</sup>. Além disso, o parque abriga diversas nascentes e outras áreas de várzea, que formam um córrego que desemboca no Rio Piracicaba.

No local, há sete quedas d’água com alturas que variam de cinco a 18 metros, com estratificação de arenito, envoltas por vegetação típica de Mata Atlântica e Cerrado, formando uma área de transição. Representa o maior parque natural urbano do município. É possível encontrar espécies de epífitas (bromélias e orquídeas) e espécimes de jequitibá, árvore que é o símbolo do Estado de São Paulo. Possui expressão histórica como local turístico, desde a década de 1970.

Além disso, apresenta relevância na recarga do manancial hídrico e no controle de enchentes, atuando na qualidade do ar na região. Também abrange cinco bairros do município em seu entorno, que compreendem uma população de, aproximadamente, 43 mil habitantes, ou seja, 18% dos municípios. É uma unidade de conservação de proteção integral, de acordo com o Decreto 6.980/06, alterado posteriormente pelo Decreto 7.003/06. Com o fim do despejo de esgoto, a proposta é criar um Parque Linear da Gruta Dainese e outro ao longo do Córrego Pyles, transformando a paisagem urbana com a criação de espaços de convivência e para a prática esportiva.



Melhoria no abastecimento



Praia Azul

## Meio ambiente

Outro passo será a reurbanização da Orla da Praia Azul, transformando o espaço e gerando desenvolvimento econômico por meio do turismo. Mais uma meta é a união dos municípios a montante do Rio Piracicaba para cessar com o despejo de esgoto sem tratamento. Esse despejo polui as águas e resulta na formação de macrófitas na represa do Salto Grande, que forma as orlas da Praia Azul e da Praia dos Namorados, revitalizada no mandato passado.

Para promover a economia de recursos naturais e a segurança da população, será concluída a troca de iluminação por lâmpadas de LED, em toda a cidade. Atualmente, há uma demanda de 5,3 mil pontos de iluminação.

Chico Sardelli também instituirá na cidade uma clínica veterinária popular para oferecer tratamento de saúde aos pets, especialmente aqueles sob a tutela de famílias de baixa renda.

## Zeladoria

O meio ambiente é prioridade para Chico desde o início de sua vida pública. O desafio da coleta e da destinação correta de resíduos sólidos o levou a dedicar para Americana três caminhões para a coleta seletiva, aprimorando o serviço que preserva praças e jardins. Assim, um dos objetivos é instituir um programa de zeladoria para preservar praças e jardins da cidade. O prefeito determinou para seus primeiros cem dias de governo a formação de uma força-tarefa para que o resultado apareça.

Na primeira semana do mutirão de limpeza da Prefeitura de Americana, foram recolhidos 10.430 quilos de materiais inservíveis, restos de poda e entulho das vias públicas. O trabalho foi intensificado para atender às demandas do município, que aumentaram com o período de chuvas. A força-tarefa é realizada pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (Sosu), Secretaria de Meio Ambiente e pela empresa responsável pela conservação e manutenção de espaços públicos.



Chico Sardelli com o vice-prefeito Odir Demarchi - Assessoria de Imprensa



# Entrevista

## O QUE PENSA

# ADALBERTO MALUF



Nesta edição, o mestre em Economia Política Internacional pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e diretor de Marketing e Sustentabilidade da BYD Brasil, Adalberto Maluf, fala sobre emergência climática em um contexto mais global. Adalberto – que também preside a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) e é membro do conselho da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) e da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) –, teme pelo pior para o planeta, caso a emissão de poluentes não seja reduzida nos próximos anos: “[...] um aumento de 2°, 3° ou 5° Celsius no mundo traria impactos muito ruins a muitos locais do planeta, agravando a fome e a falta de água, e aumentando os refugiados climáticos em números com os quais o planeta dificilmente conseguiria lidar”.

**Pensar Verde:** Neste ano serão realizadas importantes reuniões relativas à questão do clima. Entre elas, estão: COP26, COP15 e 5ª Assembleia para o Meio Ambiente da ONU. Também é o início da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável. O que podemos esperar desses eventos?

**Adalberto Maluf:** A pandemia fez o mundo reconsiderar as suas prioridades em relação ao desenvolvimento econômico e aos impactos na saúde pública. O Acordo Verde da Europa (European Green



Deal), o 14º Plano de Desenvolvimento da China para 2021-2025 e o Green Deal dos EUA, o novo plano da revolução energética limpa e a justiça social do presidente Biden [EUA], todos reforçam a importância da questão ambiental, da transição à economia de baixo carbono e da justiça social como prioridades das maiores nações do planeta. A crise da emergência climática finalmente entrou na pauta do mundo econômico como um problema que não pode mais ser postergado. Ou mudamos agora, ou as futuras gerações sofrerão consequências inimagináveis em poucos anos.

**Pensar Verde: Quais os principais riscos para o planeta e para milhões de pessoas, principalmente para os mais vulneráveis, em relação às mudanças climáticas, a exemplo do aquecimento global, e aos desastres naturais delas decorrentes?**

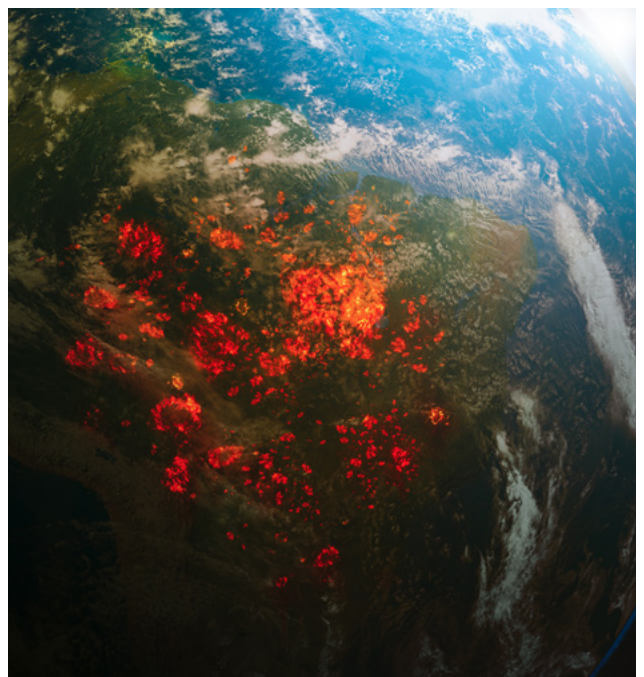
**Adalberto Maluf:** Ademais do aumento da temperatura, do nível do mar e dos eventos extremos, com mudança nos padrões das chuvas e aumento das catástrofes naturais, o aquecimento global vai trazer uma maior pressão sobre a infraestrutura das cidades e sobre a capacidade de produção agrícola, além do aumento das doenças tropicais. Esses desafios globais devem agravar a já difícil situação econômica das populações mais pobres, e aumentar a desigualdade social nos países e entre países. O mundo poderá sofrer consequências devastadoras para a biodiversidade e para nosso modo de vida. Não podemos deixar as emissões continuarem a crescer nesse ritmo. Não podemos deixar essa bomba-relógio para nossos filhos e netos.

**Pensar Verde: É possível mitigar tais possíveis consequências? Como?**

**Adalberto Maluf:** Muitos estudos e simulações internacionais mostram ser possível reduzir a emissão de gases do efeito estufa (GEE) com as tecnologias já existentes no mundo. A transição para uma economia de baixo carbono, baseada na energia limpa renová-

vel, na mobilidade elétrica e em um novo modelo de cidades sustentáveis já é realidade em iniciativas pioneiras pelo mundo. A energia renovável é a que mais cresce no mundo, com forte liderança da China, Europa e EUA. A China, por exemplo, renovou 100% dos ônibus, táxis e veículos de aplicativos para modelos elétricos em muitas de suas grandes cidades em menos de oito anos. Atualmente, são mais de 500 mil ônibus elétricos, muitos deles movidos por energia solar e eólica, que reduzem, dramaticamente, a emissão de gases do efeito estufa no ciclo de vida da tecnologia.

No Brasil, mais de dez cidades já têm frotas piloto de ônibus elétricos, lideradas por Campinas, São Paulo e Brasília, em que a emissão dos GEE é 86% menor se comparada às emissões de um ônibus a diesel (GHG Brasil). O transporte público urbano eletrificado, somado às políticas de desenvolvimento urbano integrado (Desenvolvimento Orientado ao Transporte - DOT), e o transporte não motorizado eletrificado podem servir de paradigma para as cidades na construção de uma mobilidade mais sustentável e de cidades mais justas.



## **Pensar Verde: Qual a diferença entre as políticas de adaptação e as de mitigação das mudanças climáticas?**

**Adalberto Maluf:** Com a crise e a emergência climática, o aumento dos eventos extremos demanda que as cidades se preparem para essas graves consequências negativas, e, assim, já possam ir se adaptando a essa nova realidade de chuvas torrenciais, aumento de inundações e deslizamentos de encostas, impactos sobre a infraestrutura da cidade e aumento das doenças tropicais, agravamento da questão social e do impacto sobre as crianças. Ao mesmo tempo em que as cidades planejam e se preparam para o pior, elas devem também implementar medidas para reduzir a emissão de poluentes e de GEE para contribuir nos esforços globais de mitigação da mudança do clima, e, assim, reduzir os impactos negativos desse processo global ao nível local.



## **Pensar Verde: Quais são as principais medidas de adaptação e de mitigação das mudanças climáticas, a exemplo da eficiência energética, da mobilidade sustentável e da produção e consumo sustentáveis? Poderia citar exemplos?**

**Adalberto Maluf:** Temos que reduzir o consumo de combustíveis fósseis e aumentar a geração de energia limpa tanto no consumo elétrico, quanto para a mobilidade e a logística urbana. As fontes renováveis vêm crescendo a um ritmo muito rápido, mas precisamos acelerar a descentralização energética com políticas que ampliem a geração distribuída, a rede elétrica inteligente e digital, alimentada por grandes parques de geração renovável. O uso dos veículos elétricos será chave para uma economia mais compartilhada, com menos acidentes e mortes (veículos autônomos) e menor emissão de poluentes e de ruídos urbanos.

Na logística verde, precisamos ampliar a oferta de veículos com baixa emissão e criar modelos de entregas logísticas, em especial na última parte da viagem, visando otimizar e reduzir a necessidade de viagens. Precisamos seguir o modelo ASI (Avoid - Shift - Improve), que prevê reduzir viagens, promover a mudança para modais mais limpos e melhorar a eficiência energética dos veículos e o aproveitamento dos resíduos. Pelo mundo, vemos muitas cidades e países já demonstrando ser viável e possível reduzir emissões, enquanto continuam a se desenvolver de uma maneira social e economicamente mais justa e inclusiva.



**Pensar Verde: Qual é a urgência das ações de mitigação hoje?**

**Adalberto Maluf:** O mundo está emitindo mais poluentes do que o pior cenário planejado no Acordo do Clima de Paris. O aumento da temperatura global na última década já é maior que as piores projeções para o período. A urgência da crise climática é muito alta. Se o mundo não mudar a trajetória de emissões nos próximos anos, eu temo pelo pior para nosso planeta, pois um aumento de 2°, 3° ou 5° Celsius no mundo traria impactos muito ruins a muitos locais do planeta, agravando a fome e a falta de água, e aumentando os refugiados climáticos em números com os quais o planeta dificilmente conseguiria lidar.

**Pensar Verde: Se as medidas tomadas tiverem os resultados esperados, como estará o planeta em 2030, data prevista pelo Acordo de Paris?**

**Adalberto Maluf:** O Acordo de Paris foi um bom acordo nas possibilidades daquele momento histórico, mas mesmo que o mundo possa cumprir as metas de redução previstas no acordo, o planeta ainda es-

tará em uma trajetória perigosa de aumento de temperaturas. Por isso, a necessidade de ir além do que foi acordado em Paris.

**Pensar Verde: Como a população, a comunidade, a coletividade pode ajudar a mitigar os efeitos das mudanças climáticas?**

**Adalberto Maluf:** Todos nós como cidadãos, executivos e pais, devemos pensar no impacto local e global dos produtos que consumimos, das tecnologias que utilizamos e, principalmente, dos exemplos e ensinamentos que estamos deixando para as futuras gerações. A nossa geração não deve conseguir mudar o necessário para reduzir emissões suficientes para mitigar os piores cenários de destruição e crise mundial causados pelo aquecimento global, mas se pelo menos conseguirmos ser exemplos e educarmos nossos filhos sobre a real gravidade da crise e da emergência climática que virá para eles em breve, quem sabe eles não conseguiriam fazer aquilo que nossa geração não fez: viver harmonicamente com o planeta, priorizar o coletivo e preservar o meio ambiente para as futuras gerações.





# Entrevista

## O QUE PENSA

# RODRIGO PERPÉTUO



O secretário executivo do ICLEI América do Sul (International Council for Local Environmental Initiatives; em português, Governos Locais pela Sustentabilidade), Rodrigo Perpétuo, também concedeu entrevista para esta edição da **Pensar Verde** sobre emergência climática, porém de um ponto de vista local. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (Procam/IEEUSP), Rodrigo resalta a importância de se estabelecer uma governança climática nas cidades. Para ele, o gestor precisa compreender os contextos local, regional e nacional “sobre como a ação climática deve ser estruturada”, tudo a partir de um diagnóstico dos arcabouços legal, institucional e técnico instalados. Entre outros pontos, Rodrigo também apresenta seu ponto de vista sobre a inclusão do conceito de sustentabilidade na educação pública municipal.

**Pensar Verde:** Qual o primeiro passo a ser dado pelos municípios em relação à emergência climática?

**Rodrigo Perpétuo:** Em primeiro lugar, é necessário garantir o estabelecimento de uma governança climática local, que seja uma instância de governança multissetorial, levando em conta a dimensão transversal que a emergência climática tem. Essa governança climática possibilitará que o processo decisório seja mais qualificado, em razão da diferente experiência trazida por cada um desses membros. É válido que haja dois níveis: um mais amplo, com

participação da sociedade civil; e outro de caráter de gestão, envolvendo a administração pública em si.

Considerando o comprometimento político um aspecto muito importante para assegurar não só a efetividade da ação climática, como também o reconhecimento e a conscientização da crise climática e do tema localmente, e olhando para a integração com as políticas já existentes, é fundamental a elaboração de uma regulamentação climática que preveja a conexão entre a ação climática e os instrumentos urbanísticos.

**Pensar Verde: A partir dessas informações, quais estratégias e ações devem ser tomadas? O que pode ser trazido do nível global para o local?**

**Rodrigo Perpétuo:** A cidade precisa compreender o seu contexto local, o regional e o nacional sobre como a ação climática deve ser estruturada, a partir de um diagnóstico a respeito dos arcabouços legal, institucional e técnico instalados. A elaboração de um inventário de emissões de gases de efeito estufa e de cenários de emissões para que se tenha uma linha de base em relação às emissões dos gases do efeito estufa; e a elaboração de um índice de riscos climáticos – que, por meio de projeções, mostrará como a cidade poderá ser impactada ao longo das décadas – deverão apontar quais os setores mais críticos a serem abordados para a redução das emissões e a adaptação aos impactos do clima. Assim, as cidades conseguem definir quais estratégias ou princípios devem nortear suas ações de curto, médio e longo prazos. Cada contexto permite a priorização de medidas e ações adequadas àquela realidade. No entanto, princípios como a priorização do uso de energias renováveis, a mobilidade ativa, a redução na geração de resíduos e o aproveitamento energético de biogás, além de soluções baseadas na natureza, são importantes para todos os municípios.

O sistema internacional oferece oportunidades em várias frentes. Desde capacitações, passando por trocas de experiências e cooperação, até acesso a recursos fi-

nanceiros. Para isso, o município deve estar preparado para participar e exercitar a diplomacia das cidades.

**Pensar Verde: O ensino sobre Sustentabilidade e Emergência Climática nas escolas públicas municipais seria um passo a mais para a conscientização e o preparo para o que virá no futuro, não apenas dos alunos, mas também de seus pais?**

**Rodrigo Perpétuo:** Diversas pesquisas, como a iniciativa Criança e Consumo do Instituto Alana,<sup>1</sup> deixam clara a relação de que as crianças são o centro de consumo de uma família. Por meio delas é definido muito do que se consome em bens e serviços. Incluir o conceito de sustentabilidade, de forma holística, na educação pública municipal é uma forma de relacionar muitos hábitos da família com o combate à emergência climática, além de também promover rupturas de antigos padrões de consumo (praticados pelas gerações anteriores, ou seja, os pais), tais como o descarte de materiais e produtos, e acarretar, de maneira ampla, a conscientização sobre o tema.

O centro do conceito de sustentabilidade é permitir que as gerações futuras usufruam de condições pelo menos iguais às que temos atualmente. Negligenciar esse público significa romper com o conceito de sustentabilidade. Por esse motivo, o ICLEI [Governos Locais pela Sustentabilidade] considera as juventudes um grupo prioritário para a ação climática.

Desde 2017, o ICLEI mantém a linha de atuação “Líderes do Futuro”, voltada a capacitar e sensibilizar a juventude ao tema do desenvolvimento urbano sustentável, por meio de experiências profissionais e pesquisas em projetos e ações relacionados aos marcos globais da sustentabilidade. A lógica de tais iniciativas é a convicção de que a transformação do modelo de gestão pública pode ser impactada pela educação e pela formação profissional prévia ao exercício efetivo de funções de gestão ou coordenação. A escola está para a comunidade assim como a criança está para a família. A escala da ação nesse nível é a chave para a transformação sistêmica.

<sup>1</sup> <https://criancaconsumo.org.br/>



**Pensar Verde:** Como a negligência quanto às emergências climáticas pode afetar a economia local e, na contramão, como a economia local pode se beneficiar se os problemas forem encarados?

**Rodrigo Perpétuo:** A origem da negligência é a ignorância. A desinformação é uma grande inimiga, principalmente na mobilização da população. Para adequar a ação climática e construir políticas públicas relevantes à realidade do município de forma efetiva, é necessário embasamento científico e dados atualizados. Além de dinâmicas perenes e institucionalizadas de diálogo social e participação cidadã.

A crise climática afeta toda a população, mas de forma desigual. A parte da população mais economicamente vulnerável está mais exposta a diversos riscos climáticos que geralmente afetam ambientes urbanos pouco resilientes, a exemplo das enchentes, deslizamentos e ondas de calor. Combater a crise climática implica, necessariamente, reduzir as desigualdades no município e propiciar maiores oportunidades de acesso a bens e serviços “verdes”.

O próprio conceito de Economia Verde, apontado como o grande motor de recuperação econômica pós-pandemia, é baseado no oferecimento de empregos verdes e no estímulo a iniciativas e a empreendimentos baseados na neutralidade climática, na inclusão dos serviços ecossistêmicos e na justiça climática. O ICLEI tem esses princípios como norteadores das ações de todos os projetos. Um dos exemplos mais recentes são os Planos Locais de Ação Climática de Recife e de Fortaleza, lançados em dezembro de 2020. Eles incluem a economia verde como um princípio norteador para a ação climática da cidade, mirando a neutralidade das emissões até 2050, com metas

ambiciosas e mensuráveis, e compromisso político para a sua implementação. É falso o dilema entre prosperidade e conservação da natureza. Só haverá prosperidade e desenvolvimento se harmonizarmos a nossa convivência com a natureza.

**Pensar Verde:** Quais exemplos de boa gestão ou de ações comunitárias, no Brasil, podem ser citados?

**Rodrigo Perpétuo:** As dinâmicas relacionadas à saúde ganharam força nesse último ano. A preocupação do cidadão com a sua alimentação, por um lado, e dos municípios com a produção sustentável de alimentos, por outro, abrem frentes importantes para as ações comunitárias. Para além da saúde, esse tipo de dinâmica colabora para mudanças nos padrões de consumo e inclusão produtiva, a partir da geração de renda para agricultores familiares e do aumento da circulação de dinheiro no território. Casos como o SPG (sistema participativo de garantia) da produção orgânica e sustentável em Belo Horizonte, por meio do qual os próprios produtores certificam a produção de forma matricial; e o Ligue os Pontos, em São Paulo, que incentiva o acesso dos produtores familiares e cooperativas ao mercado de consumo e de compras públicas locais, mostram como uma boa gestão local, engajando diferentes atores e setores, promove uma economia circular e consolida sistemas alimentares sustentáveis e resilientes, considerando a temática de alimentos.

**Pensar Verde:** Quais os resultados dessas ações a curto, médio e, se possível, longo prazos?

**Rodrigo Perpétuo:** A grande questão é que a mudança é cultural, é de comportamento. Isso leva tempo e por isso precisa ganhar escala rapidamente. Mexer com os padrões tradicionais de produção e consumo é transitar todo o modelo econômico vigente para outro mais sustentável. Há um arcabouço normativo, produtivo e comportamental difícil de ser rompido. Até porque esse rompimento gera também desemprego em alguns setores, fecha empresas no médio e no longo prazo, e encontra hábitos de vida muito enraizados que não se transformam da noite para o dia. Objetivamente, precisa-se de uma ação contínua e incremental que permita essa mudança social vigorosa.

A curto prazo, espera-se que as reduções de emissões dos gases do efeito estufa em setores críticos e o início da implementação de ações de adaptação

sejam observados. Raramente, se observará uma redução de emissões muito grande em poucos anos, pois considerações do contexto econômico devem ser analisadas com cautela, tampouco investimentos vultosos na adaptação de infraestruturas e na criação de soluções baseadas na natureza. Mas são essas metas a curto prazo que determinarão o processo de transição para uma economia descarbonizada e adaptada ao clima.

A médio prazo, espera-se observar uma redução de emissões mais robusta e a incorporação da adaptação em todos os processos e serviços do contexto local, sendo a etapa que determinará o sucesso para a neutralidade em carbono e adaptação às mudanças previstas para as próximas décadas. A longo prazo, espera-se que as redefinições legais, a captação de recursos e a apropriação da agenda climática determinem a redução de emissões residuais e que medidas de adaptação sejam replicadas em todo o contexto local e regional. Dessa forma, a cidade consegue atender todos os requisitos para atuar no contexto de emergência climática.

**Pensar Verde: Em que ponto a adaptação e o planejamento climático mais amplo e aqueles realizados localmente dialogam, convergindo em uma ação comum em favor do planeta Terra e do ser humano?**

**Rodrigo Perpétuo:** O ICLEI trabalha com governos locais. O nosso grande desafio é apoiar a execução local das agendas globais por meio de ações concretas no território. Os efeitos da mudança do clima e a falta de resiliência a esses efeitos são mais sentidos no âmbito local, o que torna as ações locais essenciais. Mas os investimentos são vultosos, e, por isso, a melhor maneira de viabilizar esse processo é pela via da ação multinível, ou federativa, no caso brasileiro.


Existem mecanismos e formas de embasar, formalizar e transformar em planos e documentos essas estratégias e políticas, em nível local, global e regional, sem deixar de lado as ações necessárias para cada escala de governança e indicadores que consigam mensurar as diferentes escalas. Um plano de ação climática local deve estar construído prioritariamente com base nas realidades municipais, mas deve ter como referência a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), que é o compromisso do país frente ao Acordo de Paris, e todos os recursos que nele estejam disponíveis. Deve, também, ser um mecanismo que dialogue com as políticas setoriais, que muitas vezes são as que guardam a maioria dos recursos que viabilizarão a implementação das ações.

Para além dos investimentos públicos, as estratégias de melhor uso de fundos privados – como aqueles provenientes de termos de ajuste de conduta ou compensação ambiental –, pactuações com empresas que atuam no território para que as suas ações de responsabilidade social e de sustentabilidade fortaleçam as políticas públicas e uma estratégia de fortalecimento do terceiro setor local, juntamente a uma boa articulação com as universidades para que os projetos de extensão favoreçam o desenvolvimento local, podem contribuir para pavimentar o caminho da convergência.

**Pensar Verde: Como a população, a comunidade e a coletividade podem ajudar a mitigar os efeitos das mudanças climáticas?**

**Rodrigo Perpétuo:** A mudança positiva começa pelas pessoas. Pequenas ações no dia a dia geram grandes impactos: nossos padrões de alimentação, consumo e deslocamento, por exemplo. A mudança de comportamento começa no indivíduo e passa também pela coletividade.





**“É preciso estabelecer vínculos entre as lutas pelo direito à posse da terra com as lutas que buscam ecologicamente definir uma nova relação com a Terra.”**

Herbert Daniel